

www.pwc.com.br

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista
Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rialma Transmissora de Energia VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rialma Transmissora de Energia VI S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2023
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores		18
Despesas antecipadas	4	<u>41</u>
		59
Não circulante		
Despesas antecipadas	4	184
Ativo contratual de concessão	5	<u>2.545</u>
		2.729
Total do ativo		<u>2.788</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Fornecedores e contas a pagar	7	1.691
Dividendos a pagar		<u>15</u>
		1.706
Não circulante		
Tributos diferidos	8	<u>171</u>
		171
Total do passivo		1.877
Patrimônio líquido		
Capital social	9	864
Prejuízos acumulados		<u>47</u>
Total do patrimônio líquido		911
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.788</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Demonstração do resultado

Período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	24 de agosto a 31 de dezembro de 2023
Receita operacional líquida	10	2.453
Custos dos serviços prestados	11	(2.264)
Lucro bruto		189
Lucro antes do resultado financeiro		189
Despesas financeiras	12	(50)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(78)
Lucro líquido do período		62

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	24 de agosto a 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do período	62
Outros resultados abrangentes:	
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	62

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>						<u>Total do patrimônio líquido</u>
	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva retenção de lucro</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Constituição em 24 de agosto de 2023	1.000	(136)	864	-	-	-	864
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	62	62
Constituição de reserva legal	-	-	-	3	-	(3)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	44	(44)	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.000	(136)	864	3	44	-	911

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>24 de agosto a 31 de dezembro de 2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	62
Ajustes de:	
Tributos diferidos	171
Receita de implementação de infraestrutura	(2.482)
Receita de remuneração do ativo de concessão	(64)
Custo de implementação de infraestrutura	2.264
Variações no capital circulante	
Adiantamentos a fornecedores	(18)
Ativo contratual de concessão	(2.264)
Despesas antecipadas	(225)
Fornecedores	1.692
Caixa consumido pelas nas operações	<u>(864)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Aumento de capital	864
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>864</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>-</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 24 de agosto	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

(a) Atividades operacionais

Rialma Transmissora de Energia VI S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de agosto de 2023, com sede na cidade de Brasília - DF.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, tendo como objeto a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 8, objeto de leilão da Aneel, composto pelas instalações localizadas no estado do Recife, compostas da linha de transmissão Recife II em 230 kV com extensão aproximada de 19 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de setembro de 2023 e do Edital do Leilão ANEEL nº 01/2023.

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis da Rialma Transmissora de Energia VI S.A., em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.647. A necessidade de aportes financeiros para o cumprimento das obrigações presentes no Contrato de Concessão será suportada, se necessário, pela controladora, que garantirá a execução das obrigações presentes e suporte até a entrada em operação e geração de caixa da Companhia. A Companhia opera com base no pressuposto de continuidade operacional.

(b) Autorização

A Companhia terá direito a receber pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 19.600 (valor base) a partir da data de disponibilidade de operação comercial das instalações de transmissão, nos termos do contrato de concessão. O valor de receita será atualizado anualmente, no mês de julho de cada ano, sendo o primeiro reajuste, na data de referência em 09 de dezembro de 2022, conforme metodologia de cálculo e índices previstos no contrato de concessão.

A Administração da Companhia estima o término da construção e início da operação comercial até o exercício de 2028.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Bases e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 19 de abril de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras e os direitos e obrigações sujeitos à variação monetária são convertidos para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3. Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia:

Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

a) Contabilização de contratos de concessão

Ativo de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de contrato.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, ambos baseados nos gastos incorridos. À receita de infraestrutura é acrescida a margem de construção.

A margem de lucro atribuída as obrigações de performance de implementação e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são definidas com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade do projeto, (ii) expectativas sobre investimentos e recebimentos, (iii) período de implementação de infraestrutura e estimativa de data de entrada em operação comercial e (iv) cenário macroeconômico.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, são reconhecidos:

(I) a receita de implementação de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; e

(II) os respectivos custos e encargos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelos valores dos custos incorridos no primeiro ano de operação, com base nos valores estimados no momento do leilão, acrescida da margem de operação. Posteriormente, a receita sofrerá alteração em função da inflação, à medida em que ocorrerá a prestação de serviços, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

b) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. Na data base de encerramento do período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023 não existem provisões para demandas judiciais e ou contingências passivas relevantes.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa à obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

b) Remuneração dos ativos de contratos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera os riscos e prêmios específicos do empreendimento. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada na data de leilão da concessão. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimento de caixa e foi definida em 8,72%. a.a.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão

Refere-se a correção reconhecida com base no índice de correção definido para cada contrato de concessão assinado com o Poder Concedente, a partir da entrada em operação do empreendimento.

d) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3. Tributos diferidos

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 20233, a Companhia optou pelo lucro presumido para apuração dos impostos, onde a provisão para imposto de renda foi constituída à base de cálculo de 8% e alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a receita tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à base de cálculo de 12% e alíquota de 9%.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais corrente.

PIS e COFINS diferidos

O cálculo do PIS e da COFINS diferidos é efetuado sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão e correção monetária apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil utilizando as alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)* - O CPC 48 define um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas no período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023.

(ii) *Baixa de ativos financeiros* - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

a) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)* – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas no período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023.

- b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas no período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações monetárias, juros e multas passivas, juros e multas s/ impostos e despesas bancárias.

4. Despesas antecipadas

Refere-se a adiantamentos pela entrega futura dos produtos e/ou serviços.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Seguros	225
	225
Circulante	41
Não circulante	184

5. Ativo contratual de concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como ativos contratuais de concessão e apresentam a seguinte composição:

Transmissão	31/12/2023
Ativo contratual de concessão	2.545

A movimentação dos ativos contratual da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

Ativo contratual de concessão	2023
Saldo inicial	-
Receita de implementação de infraestrutura	2.482
Receita de remuneração dos ativos de concessão	63
Saldo final	2.545

6. Partes relacionadas

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, empresas ligadas aos mesmos sócios da empresa, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

A Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Passivo	31/12/2023
<i>Dividendos a pagar</i>	
Rialma Administração e Participações S.A.	15
	15

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme deliberado em assembleia de acionistas, fica estabelecida a não remuneração dos diretores para o mandato que se encerrará em novembro de 2025.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>
Provisão para fornecedores	1.501
Seguros a pagar	190
	<u>1.691</u>

8. Tributos diferidos

	<u>31/12/2023</u>
Passivos	
PIS e COFINS diferidos	93
IRPJ e CSLL diferidos	78
Total diferidos passivos	<u>171</u>
Não circulante	171

O cálculo do PIS e da COFINS diferidos é efetuado sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil que será amortizado até o final do prazo da concessão.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 dezembro de 2023 é de R\$1.000 (um milhão de reais), dos quais foram integralizados R\$ 864 (oitocentos e sessenta e quatro mil reais). O capital social está representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Acionista	<u>Ações</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Capital social</u>	<u>%</u>
Rialma Administração e Participações S.A.	1.000.000	1.000	(136)	864	100
Total	<u>1.000.000</u>	<u>1.000</u>	<u>(136)</u>	<u>864</u>	<u>100</u>

b) Dividendos

Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social da Companhia.

Descrição	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	62
(-) Reserva legal	(3)
Base para dividendos	<u>59</u>

Dividendos mínimos obrigatórios 25% **15**

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

d) Reserva de retenção de lucro

Essa reserva se refere a saldo de lucros retidos o qual será objeto de aprovação em assembleia geral.

10. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>
Receita bruta	
Receita de implementação de infraestrutura	2.482
Receita de remuneração e correção monetária dos ativos de concessão	64
Total da receita bruta	<u>2.546</u>
Tributos sobre a receita	
PIS diferido s/ receita	(17)
COFINS diferido s/ receita	(76)
	<u>(93)</u>
Receita operacional líquida	<u>2.453</u>

Margem por obrigação de performance

	<u>2023</u>
Receita de implementação de infraestrutura	2.482
Custo de implementação de infraestrutura	(2.264)
Margem - R\$	<u>218</u>
Margem - %	8,78%

11. Custo dos serviços prestados

Descrição	<u>2023</u>
Custo de implementação de infraestrutura	(2.264)
	<u>(2.264)</u>

12. Despesas financeiras

Despesas financeiras	<u>2023</u>
Variações monetárias	(50)
	<u>(50)</u>

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido.

Descrição	2023
Receita de implementação de infraestrutura	2.482
Receita de remuneração dos ativos de concessão	64
Lucro presumido base IRPJ (8%)	204
IRPJ diferido (25%)	51
Lucro presumido base CSLL (12%)	306
CSLL diferido (9%)	27
IRPJ e CSLL diferido	78

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros.

14.1. Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade pelo o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses

Rialma Transmissora de Energia VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando negócio e estágio atual da Companhia, a Administração não identifica potenciais efeitos adversos em relação aos riscos aos quais está exposta e desta maneira não está apresentando as análises de sensibilidades para os potenciais efeitos nas eventuais mudanças dos cenários descritos anteriormente.

14.2. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2023	Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	1.691	1.691
Total	-	1.691	1.691

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Mônica Edwiges Merhy Alves Ramos
Caiao
Diretora Presidente

Anderson Florentino de Paiva
Contador CRC – DF 022173/O-8

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 876B604BB25A4933A9CB4478B544421D

Status: Concluído

Assunto: Relatório e DFs Rialma Transmissora VI 31.12.2023

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 21

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Alexandra Correia

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

alexandra.correia@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.65

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Alexandra Correia

Local: DocuSign

19 de abril de 2024 | 17:04

alexandra.correia@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

19 de abril de 2024 | 17:15

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Marcos Magnusson de Carvalho

marcos.carvalho@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:



D2E5968FAA8D4FB...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 134.238.160.170

Registro de hora e data

Enviado: 19 de abril de 2024 | 17:11

Visualizado: 19 de abril de 2024 | 17:14

Assinado: 19 de abril de 2024 | 17:15

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Alexandra Correia

Copiado

Enviado: 19 de abril de 2024 | 17:15

alexandra.correia@pwc.com

Visualizado: 19 de abril de 2024 | 17:15

Gerente de auditoria - Testemunha PwC

Assinado: 19 de abril de 2024 | 17:15

PwC

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Isadora Santos isadora.santos@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 19 de abril de 2024 17:15
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	19 de abril de 2024 17:11
Entrega certificada	Segurança verificada	19 de abril de 2024 17:14
Assinatura concluída	Segurança verificada	19 de abril de 2024 17:15
Concluído	Segurança verificada	19 de abril de 2024 17:15

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------